

ÁFRICA: 60 anos das Independências – Que futuro?

São 17 os países Africanos que, em 2020, celebram seis décadas de independência.

Entre eles encontram-se gigantes demográficos e económicos, como a Nigéria, ou territoriais, como a República Democrática do Congo. Economias vibrantes e desconhecidas de muitos portugueses, como a Costa do Marfim – onde o IPDAL esteve recentemente com um conjunto de empresas – o Senegal e outras ainda como os Camarões ou o Togo.

Comemora ainda 60 anos de independência a República Centro Africana, onde Portugal tem neste momento uma Força Nacional Destacada, que contribui desde 2017 para garantir, precisamente, a soberania conquistada em 1960.

Ao longo destas décadas, o continente ultrapassou os mais diversos desafios, de catástrofes naturais a conflitos armados que condicionaram o seu desenvolvimento. No entanto, esses desafios não impediram o ininterrupto crescimento demográfico e económico do continente.

África tem demonstrado que é possível concretizar o seu potencial em realidade.

Hoje, na Era da conectividade e dos saltos tecnológicos, a geografia – marcada pela barreira natural que é o Deserto do Sara e que, outrora, impôs o afastamento entre os povos que migraram para a massa continental Euro-Asiática e os do Sul do Continente – deixou de ser um obstáculo à comunicação e ligação dos países Africanos ao mundo. Os rios, que nunca foram solução para transporte e escoamento de mercadorias entre países, por terem, na sua maioria, quedas de água que impediam a sua navegação, não são agora necessários para atingir esse objectivo.¹ A evolução da tecnologia associada ao sector dos transportes, logística e comunicações faz com que existem outros meios e ferramentas mais eficientes, eficazes e a disposição dos Estados Africanos como solução para transporte e escoamento dos produtos de exportação e importar produtos necessários as suas economias.

¹ Prisoners of Geography, p.116 - Tim Marshall, 2015 – ISBN 978-1-78396-243-3

Adicionalmente, existe atualmente uma clara percepção entre os líderes africanos que também os antigos regimes coloniais mantiveram influência nos seus processos decisórios e fenómenos internos. No entanto, nos dias de hoje os países africanos são livres de participar no comércio internacional sem serem condicionados² como outrora pelas antigas potências coloniais. O resultado desta alteração é a de serem capazes nos dias de hoje de explorar livremente as suas vantagens comparativas.

É por tudo isto que o IPDAL se encontra apostado em introduzir a “África Desconhecida” nas agendas dos “policy makers”, dos stakeholders públicos e também do setor privado, português, europeu e latino-americano. É por isso que, há quase 10 anos, realizamos o Encontro “Triângulo Estratégico: América Latina – Europa – África”. É por isso que desde 2014 realizamos anualmente o Fórum “América Latina-CPLP”. É por isso que, mais recentemente, lançámos a iniciativa ÁFRICA XXI.

No IPDAL, acreditamos que não é possível pensar as relações internacionais e o rearranjo do ordenamento global sem ter em consideração as dinâmicas em curso no continente Africano e nas suas diversas regiões. Sobretudo para um país de vocação Atlântica como Portugal.

Independências africanas: As origens

Com o final da IIª Guerra Mundial, e o conseqüente primado da autodeterminação dos povos, foram reforçadas as exigências de independência sobre os países, que como Portugal, detinham ainda colónias.

O processo de descolonização foi pautado pelo enfrentamento violento entre os movimentos de independência e as potências coloniais, que reagiram à luta armada em África com abordagens estratégicas diferentes. Por isso, é importante ressaltar que o processo das independências não foi uniforme, tendo essa heterogeneidade resultado em três vagas de independência: a primeira na década de 50, a segunda nos anos 60 e a terceira na década de 70.

² Africa’s Long Road Since Independence, p. 53 – Keith Somerville, 2017 – ISBN 978-0-141-98409-4

Entre 1957 e 1962, 29 países passaram à condição de novos Estados soberanos, o que ajudou na aceleração do processo de descolonização e garantindo mais apoio aos movimentos que estavam ainda mergulhados na luta de libertação. Durante esse processo surgiram três grupos de Estados com perspectivas diferentes sobre o problema da descolonização, em si, e sobre o modelo como África deveria organizar-se após as independências.

Os três grupos agrupavam-se em radicais, moderados e conservadores. As diferenças entre eles manifestaram-se, desde logo, na posição assumida face à questão da Argélia³, com moderados⁴ e radicais a apoiar a causa de libertação argelina e os conservadores a apoiar França. Cenário semelhante verificou-se na crise do Congo, com o grupo radical a apoiar Patrice Lumumba⁵ e a opor-se ao envolvimento do Ocidente na questão, e o grupo de conservadores a considerar que a crise era mais um dos vários campos de batalha da guerra fria, apoiando Kasavubu⁶ e temendo interferência soviética em solo Africano.⁷

Além disso, os grupos tinham visões muito diferentes sobre quão profunda deveria ser a cooperação multilateral entre os recém-independentes estados Africanos. O grupo radical pedia uma integração profunda, tendo por objectivo uns “Estados Unidos de África”. Os mesmos grupos divergiam também no que dizia respeito às fronteiras, com o grupo radical a exigir um redesenho dos limites territoriais herdados e os outros grupos a optarem por não questionar a realidade que já existia.

O primeiro grupo foi o **Grupo de Brazzaville – conservador** - composto pelo Congo-Brazzaville, Camarões, Costa do Marfim, Daomé, Gabão, Volta Alta, Madagascar, Níger, República Centro-Africana, Senegal e Chade. A sua formação aconteceu entre 15 e 19 de dezembro de 1960, em Brazzaville. Deste grupo fazem parte um número considerável de ex-colónias francesas, que negociaram com o Presidente De Gaulle uma independência

³ Africa's Long Road Since Independence, p. 54 – Keith Somerville, 2017 – ISBN 978-0-141-98409-4;

⁴ O grupo dos moderados era conservador nas suas posições e pensamento, mas divergia dos conservadores por se recusar a apoiar França e se opor à sua presença na África Ocidental e Sahel;

⁵ Primeiro Primeiro-Ministro Congolês após a independência que tentou controlar a secessão do Katanga.

⁶ Presidente Congolês que em conjunto com seu chefe de gabinete – Joseph Désiré Mobutu – se opunha a forma como o Lumumba estava a lidar com a secessão do Katanga.

⁷ Africa's Long Road Since Independence, p. 55 – Keith Somerville, 2017 – ISBN 978-0-141-98409-4

com França e não contra França, sendo todos eles favoráveis à cooperação com Paris e o Ocidente, aceitando que era de benefício mútuo que França mantivesse influência económica, controlo financeiro estabelecendo uma zona monetária franca e presença militar na região.⁸

Nesse encontro, duas diretrizes foram definidas: a vontade política de criar uma verdadeira união e o desejo de materializar essa unidade por meio da cooperação económica.

Este caminho levou à criação da Organização Africana e Malgaxe de Cooperação Económica (OAMCE), em 28 de março de 1961. Na perspectiva política, criou-se a União Africana e Malagaxe (UAM), cuja carta foi adotada na conferência de Antananarivo, em Madagáscar, entre 6 e 12 de setembro de 1961.

O **Grupo de Casablanca – radical** - era inspirado na corrente revolucionária africana criada em 1958 pelos líderes Kwamé N’Krumah (Gana) e Ahmed Sékou Touré (Guiné). Este grupo foi criado durante a tensão provocada pela Crise do Congo, perante a incapacidade de encontrar uma solução africana para a crise.

N’Krumah, apoiado pelo rei de Mohamed V de Marrocos e Gamal Abdel Nasser do Egito, convocou a reunião de Casablanca, entre 5 e 7 de janeiro de 1961.

Todas as decisões que resultaram deste encontro estão contidas num documento chamado "Carta de Casablanca". Este novo grupo, ao contrário do grupo de Brazzaville, não é favorável à cooperação com as antigas potências coloniais e procurava obter maior proximidade e cooperação com os países do bloco de leste e oriente.

Perante dois grupos com posições tão díspares no que dizia respeito à cooperação e ao que deveria ser a integração africana, surgiu o **Grupo de Monrovia**, em maio de 1961, composto pela Serra Leoa, Libéria, Somália, Togo, Nigéria, Etiópia, Líbia e Tunísia.

Este grupo, formado por iniciativa dos chefes de estado da Nigéria e Etiópia, queria ser uma resposta à criação do bloco transsaariano de Casablanca. Tinha igualmente como objetivo refletir sobre o papel e o tipo de cooperação que deveria existir com as antigas

⁸ Africa’s Long Road Since Independence, p. 39 – Keith Somerville, 2017 – ISBN 978-0-141-98409-4

potências coloniais, mas também sobre a dimensão da integração africana e os mecanismos de articulação entre os Estados do continente face aos problemas internacionais. Este grupo, embora fosse mais aberto ao diálogo com as antigas potências coloniais, opunha-se firmemente à presença militar ocidental, em especial a francesa, e à sua influência económica e financeira na região.

Todos esses grupos acabaram por perder a sua força e influência com o fim da guerra da Argélia, que ocorreu entre 1 de novembro de 1954 e 19 de março de 1962, e com a resolução de um dos problemas da Crise do Congo, que era a existência do Estado separatista do Katanga. O Estado do Katanga, foi formado na senda das agitações políticas que se viviam no recém Estado da República Democrática do Congo. O Estado separatista do Katanga proclamado em 11 de julho de 1960, mas teve uma curta duração devido às diversas operações militares realizadas pelas Nações Unidas que se intensificaram com a morte de Patrice Lumumba em 17 de janeiro de 1961, e do Secretário-geral das Nações Unidas Dag Hammarskjöld em 18 de setembro de 1961. A secessão do Estado do Katanga terminou em 15 de janeiro de 1963.

No rescaldo destes acontecimentos, os líderes Africanos reuniram-se em Adis Abeba, na Etiópia em 25 de maio de 1963, e adoptaram a carta da Organização da União Africana. A OUA caracterizou-se por ser:

- Uma organização de Estados soberanos, que primaria pela não interferência nos assuntos domésticos de cada Estado;
- A igualdade entre todos;
- A integridade territorial dos Estados, mantendo as fronteiras como sagradas e imutáveis;
- A emancipação de África e uma política de não alinhamento face à Guerra Fria;⁹

⁹ Africa's Long Road Since Independence, p. 55 – Keith Somerville, 2017 – ISBN 978-0-141-98409-4

Os 60 anos de independência: mudanças políticas e económicas

Os 17 países africanos que celebram 60 anos de independência em 2020 são: Níger, Nigéria, Costa do Marfim, Burkina Faso, Senegal, Gabão, Congo Brazzaville, República Democrática do Congo, Camarões, Somália, Mali, Chade, Togo, Benin, Mauritânia, República Centro Africana e Madagáscar.

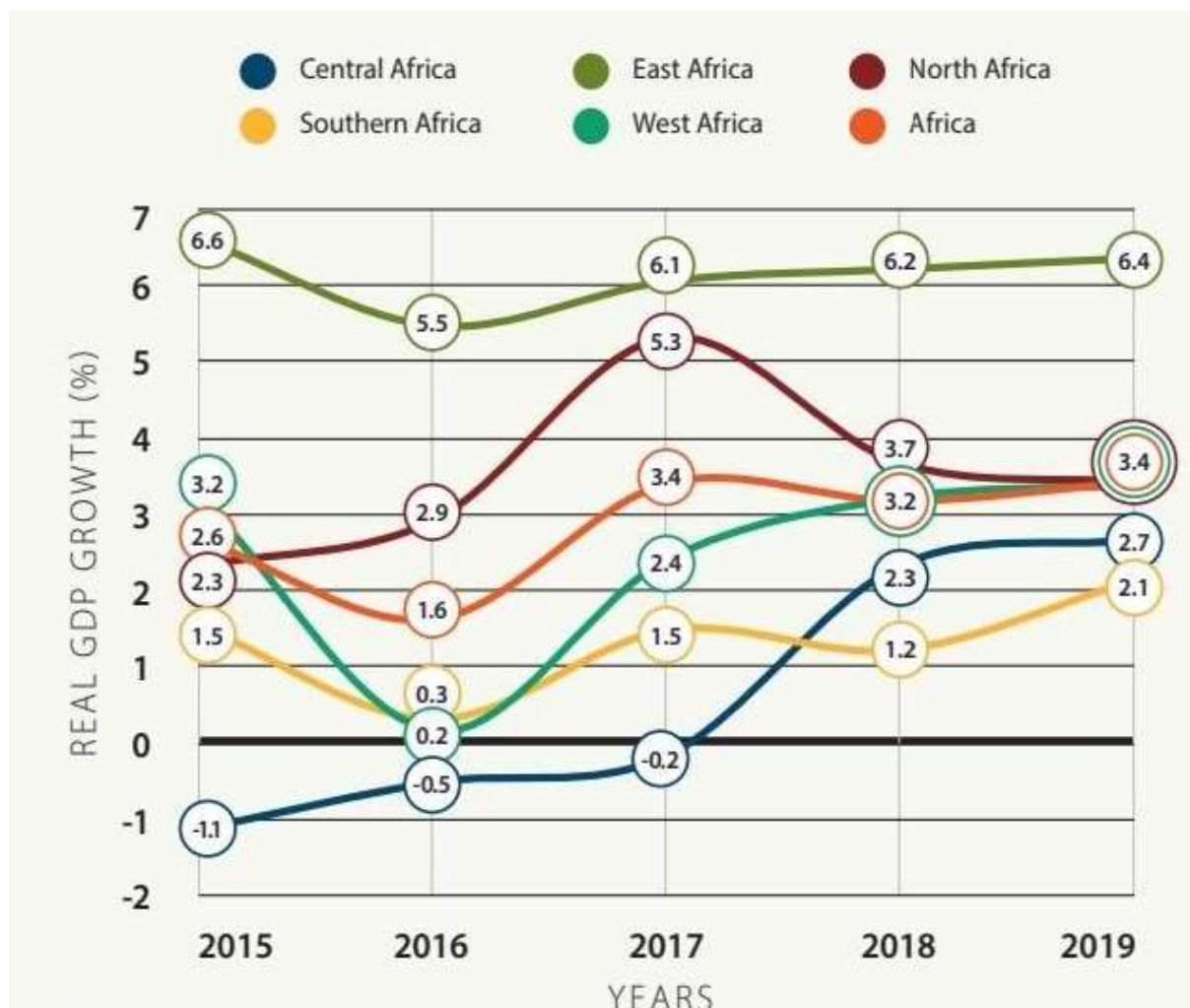
Para África, 1960 é o ano da liberdade, em que se concretiza um passo determinante na direção do que vinha a ser a luta pela emancipação do continente. Passados estes 60 anos, vale a pena refletir sobre os progressos alcançados, os objetivos e os cenários previsíveis para a evolução destes Países.

As décadas que se seguiram às independências foram, para uma boa parte dos países africanos, marcadas por violentos e longos conflitos, muitos deles internos, difíceis de estabilizar e que contribuíram para atrasar não só o desenvolvimento económico dos países como a consolidação das suas experiências democráticas.

O mundo bipolar influenciou a forma como os novos Estados se organizaram política e economicamente. África foi um dos palcos onde foi travada a Guerra Fria, com muitos países a caírem na esfera de influência do Bloco Ocidental ou do Bloco Soviético. E mesmo os que não estavam directamente na esfera soviética, por se declararem não alinhados, tinham uma simpatia pelo Bloco de Leste, já que os seus líderes haviam lutado nos movimentos de libertação e eram, na sua maioria, inspirados por ideais socialistas.

Com o fim da Guerra Fria, surge em África uma nova abertura à democracia e uma ambição renovada de progresso económico inspirado pelo liberalismo. No entanto, a velocidade com que os países africanos se abriram e com que foram integrando o comércio internacional foi diferente. Tal como na Europa, existe uma África a várias velocidades.

CRESCIMENTO ECONÓMICO EM ÁFRICA POR SUB – REGIÕES



Fonte: UNDESA | Nota: Dados estimados de 2018, e projetados para 2019

Os 17 países estudados neste relatório apresentam estruturas políticas e económicas diferentes.

A Costa do Marfim e o Senegal vêm a afirmar-se como potências económicas regionais, com forte investimento em infraestruturas estratégicas e economias abertas.

A Nigéria é uma das potências continentais, a par da África do Sul e do Egito, graças à dimensão da sua economia e ao facto de ser o país mais populoso do continente. A sua política exterior tem demonstrado ambições de expansão de influência para a região na África Ocidental.

A República Democrática do Congo, após décadas de conflitos e instabilidade política, tem demonstrado alguma estabilidade com a eleição de Félix Tshisekedi.

Para além destes exemplos, todos os países Africanos continuam a fazer esforços para a consolidação das suas democracias. O Togo, a Mauritânia e a Costa do Marfim fazem parte das economias que mais avançaram nas áreas analisadas pelo Doing Business 2020, relativamente a facilidade de abertura de negócios.

Nos 60 anos que se seguiram às independências, este conjunto de países teve de passar por várias mudanças políticas e económicas, com crises que interromperam os seus ciclos de crescimento. Além disso, passaram por resgates financeiros com duras condições, impostas pelos organismos internacionais, e estão agora num momento de maior estabilidade política, mais bem integrados na economia mundial e continental. Neste caminho, têm procurado soluções que primam pela abertura dos seus mercados, como forma de dinamizar a economia e aumentar a sua competitividade para que possam tirar partido dos recursos naturais, energéticos e demográficos que possuem.

Eis alguns exemplos de reformas que os países Africanos introduziram para aumentar a sua competitividade, atratividade e estimular as suas economias:

Togo:

- A abertura de empresas foi facilitada através da eliminação do requerimento de autenticação dos documentos referentes à empresa e da redução do tempo para registar a empresa.
- A obtenção de alvarás de construção passou a ser menos onerosa e mais rápida devido à redução de taxas e ao lançamento de um portal online para a apresentação dos pedidos.
- Obtenção de eletricidade também é agora menos onerosa, uma vez que o Togo reduziu o custo das obras de ligação à rede e o valor da caução para novas ligações.
- O processo de registo de propriedades foi agilizado e os custos diminuídos.

- O Togo melhorou o acesso à informação sobre o crédito através da expansão da cobertura do bureau de crédito e do início da distribuição de dados por empresas de serviços públicos.
- O Togo facilitou o tratamento de licenças de construção, reduzindo as taxas e adotando um portal on-line para a apresentação de pedidos. O Togo tornou o tratamento das licenças de construção mais transparente, tornando os documentos necessários, pré-aprovação e taxas disponíveis on-line. O Togo também melhorou sua qualidade de construção controlando as inspeções durante a construção.

Nigéria:

- Facilitou os processos relacionados com o comércio internacional através da redução do tempo necessário para exportar e importar, graças à melhoria do seu sistema eletrônico e ao pagamento de impostos de forma eletrônica.
- A Nigéria melhorou o acesso às informações de crédito, garantindo aos mutuários o direito legal de inspecionar os seus dados de crédito da agência de crédito e começando a fornecer notas de crédito para bancos, instituições financeiras e mutuários.

Gabão:

- Facilitou o início de negócios, introduzindo um processo de registo de empresas acelerado no balcão único, e tornou o tratamento das licenças de construção mais seguro, exigindo inspeções durante a fase de construção e nomeando uma equipe especializada para realizar inspeções finais;

Mauritânia:

- Aumentou a transparência do tratamento de licenças de construção publicando regulamentos relacionados à construção on-line, gratuitamente. O Benim melhorou a confiabilidade e a transparência do sistema de administração de terras publicando estatísticas sobre transações e disputas de terras do ano civil











anterior e o compromisso de entregar um documento juridicamente vinculativo dentro de um prazo específico.

- Facilitou a execução de contratos, introduzindo um procedimento simplificado para ações de pequeno montante, estabelecendo prazos limite para resolução dos principais actos processuais e introduziu adiamentos limitados.
- Entrou em vigor lei que regula todos os aspectos da mediação como um mecanismo alternativo de resolução de disputas.

Costa do Marfim:
















- Facilitou a execução de contratos publicando relatórios sobre o desempenho dos tribunais comerciais e progresso dos casos;
- À semelhança da Mauritânia tem prazos limite para que tribunais de comércio se pronunciem sobre as matérias colocadas a sua consideração
- Tem um balcão único da empresa;
- Regime de incentivos fiscais e zonas francas para sectores considerados estratégicos sediarem as suas empresas.
- A Costa do Marfim melhorou o acesso às informações de crédito, expandindo a cobertura da agência de crédito e começando a distribuir dados de empresas de serviços públicos.

Em baixo, os principais investidores estrangeiros em África:

	Country	Projects	Jobs created	Capital US\$m
	USA	463	62 004	30 855
	France	329	57 970	34 172
	UK	286	40 949	17 768
	China	259	137 028	72 235
	South Africa	199	21 486	10 185
	UAE	189	39 479	25 278
	Germany	180	31 562	6 887
	Switzerland	143	13 363	6 432
	India	134	30 334	5 403
	Spain	119	13 837	4 389

Fonte: FDI Intelligence and EY Africa Attractiveness Report, 2019.

No quadro que de seguida apresentamos é possível constatar que os países africanos que mais captam investimento direto estrangeiro são também os que mais diversificaram a sua economia e cujas reformas levadas a cabo visam melhorar o ambiente de negócios tornando-o mais atractivo:

	Country	Jobs 000	Capital US\$bn	Projects
	Egypt	32	12	91
	South Africa	12	5	110
	Morocco	15	5	71
	Nigeria	10	8	65
	Kenya	6	2	64
	Ethiopia	16	7	29
	Ghana	7	1	30
	Algeria	10	9	18
	Cote d'Ivoire	4	2	30
	Zimbabwe	6	6	18
	Tunisia	10	1	19
	Uganda	6	0	17
	Tanzania	3	1	19
	Mozambique	1	2	15
	Zambia	2	1	15

Fonte: FDI Intelligence and EY Africa Attractiveness Report, 2019.

Pelo terceiro ano consecutivo, o investimento direto estrangeiro (IDE) caiu em todo o mundo, mas não em África. De 2017 a 2018, o IDE global caiu de 1,5 biliões de dólares para 1,3 biliões de dólares, de acordo com uma análise da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). O relatório que reflecte a análise do IDE do ano de 2019, mostra que o IDE global atingiu seu nível mais baixo desde a crise financeira global e está em declínio há três anos consecutivos.

Houve apenas uma região no mundo que contrariou essa tendência: África.

Em 2018, a África recebeu cerca de 46 bilhões de dólares em IDE. Um aumento de 11% em relação a 2017, sendo o ACFTA decisivo para explicar esta tendência.



Fonte: 2019 World Investment Report, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

África: novo paradigma

Como o IPDAL tem vindo a chamar a atenção, em particular na conferência AFRICA XXI, o continente africano está numa fase de industrialização e de consolidação política e económica.

Possui um mercado que em 2050 estará nos 2,5 mil milhões de consumidores segundo a OCDE. O PIB africano, no mesmo ano será de 8,7 mil milhões de Dólares e a sua evolução económica e demográfica será a seguinte:

Africa	2018	2030	2050
População	1,2 mil milhões	1,7 mil milhões (+41%)	2,5 mil milhões (+32%)
PIB	2,5 Biliões USD	4 Biliões USD (+60%)	8,7 Biliões USD (46%)

PALOP	2018	2030	2050
População	54 milhões	77 milhões	103 milhões
PIB	1,25 mil milhões USD	1,9 mil milhões USD	2,8 mil milhões USD

Africa (sem PALOP)	2018	2030	2050
População (% total)	1,15 mil milhões (95%)	1,63 mil milhões (96%)	2,4 mil milhões (96%)
PIB (% total)	2,48 Biliões USD (99%)	3,98 Biliões USD (99%)	8,67 Biliões USD (98%)

Nos últimos 15 anos, África duplicou o seu PIB, fruto do seu crescimento populacional, investimentos industriais e integração na economia mundial.

O continente Africano está a iniciar uma transformação estrutural urgente face a alteração do panorama económico e político global que tenha em conta as principais megatendências previstas para aquela região do globo.

Esta transformação é já visível em alguns países como o Ruanda, Botswana, Togo, Senegal, Quénia, Uganda, Costa do Marfim entre outros, que têm apostado cada vez mais na transição digital, na transformação rural e na diversificação da economia como resposta aos desafios com que se confrontam

As megatendências de desenvolvimento abrangem diversas áreas como a transformação tecnológica, com especial destaque para a inclusão financeira pela digitalização e novos processos de produção, onde podemos destacar desde já o exemplo da empresa queniana, a M-Pesa. Trata-se de uma plataforma de pagamento criada em 2007, que atualmente é líder mundial de transferências financeiras móveis. A M-Pesa criou 860000 empregos e processa transações no valor de 11% do PIB do Quénia.

À transformação tecnológica junta-se a deslocação de riqueza, que facilita a transferência de conhecimento, competências e capacidades para África, bem como a possibilidade de diversificar a economia e captar novas fontes de financiamento para o desenvolvimento.

Quanto à realidade demográfica, além do exponencial crescimento da população, a tendência da transição urbana continuará a fazer-se em cidades de média e pequena dimensão, o que deverá traduzir-se no aumento do mercado interno e em áreas rurais, bem como num aumento da procura de produtos de maior valor acrescentado.

A tendência de desenvolvimento será na área das alterações climáticas e economia verde devido à grande exposição ao risco das alterações climáticas. África produz 4% das emissões globais dos gases de estufa e, no entanto, é o continente mais exposto ao risco. O aumento das necessidades energéticas do continente deve-se à sua industrialização e crescimento populacional. Vai ser necessário explorar de forma mais eficiente e eficaz os recursos energéticos como por exemplo os recursos hídricos em que o continente apenas utiliza 9% do seu potencial deste recurso, não tirando ainda partido deste recurso da forma mais eficaz e eficiente para questões energéticas nem para aumento da produtividade agrícola. Ainda relacionado com a resposta às alterações climáticas e economia verde, foi criado o Corredor de Energia Limpa da África (ACEC) para acelerar a geração de energia renovável e o comércio transfronteiriço de energia renovável no Pool de Energia da África Oriental (EAPP) e no Pool de Energia da África Austral (SAPP).

Em julho de 2013, a Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) adotou a Política de Energia Renovável da CEDEAO (EREP) cujo objectivo é aumentar a contribuição das energias renováveis no mix geral de produção de energia da região para 35% em 2020 e 48% em 2030.

Além do investimento em renováveis, há uma aposta em grandes projecto de infraestruturas para fomentar as trocas intra continentais e facilitar a exportação e comercio internacional do continente e para o continente africano.

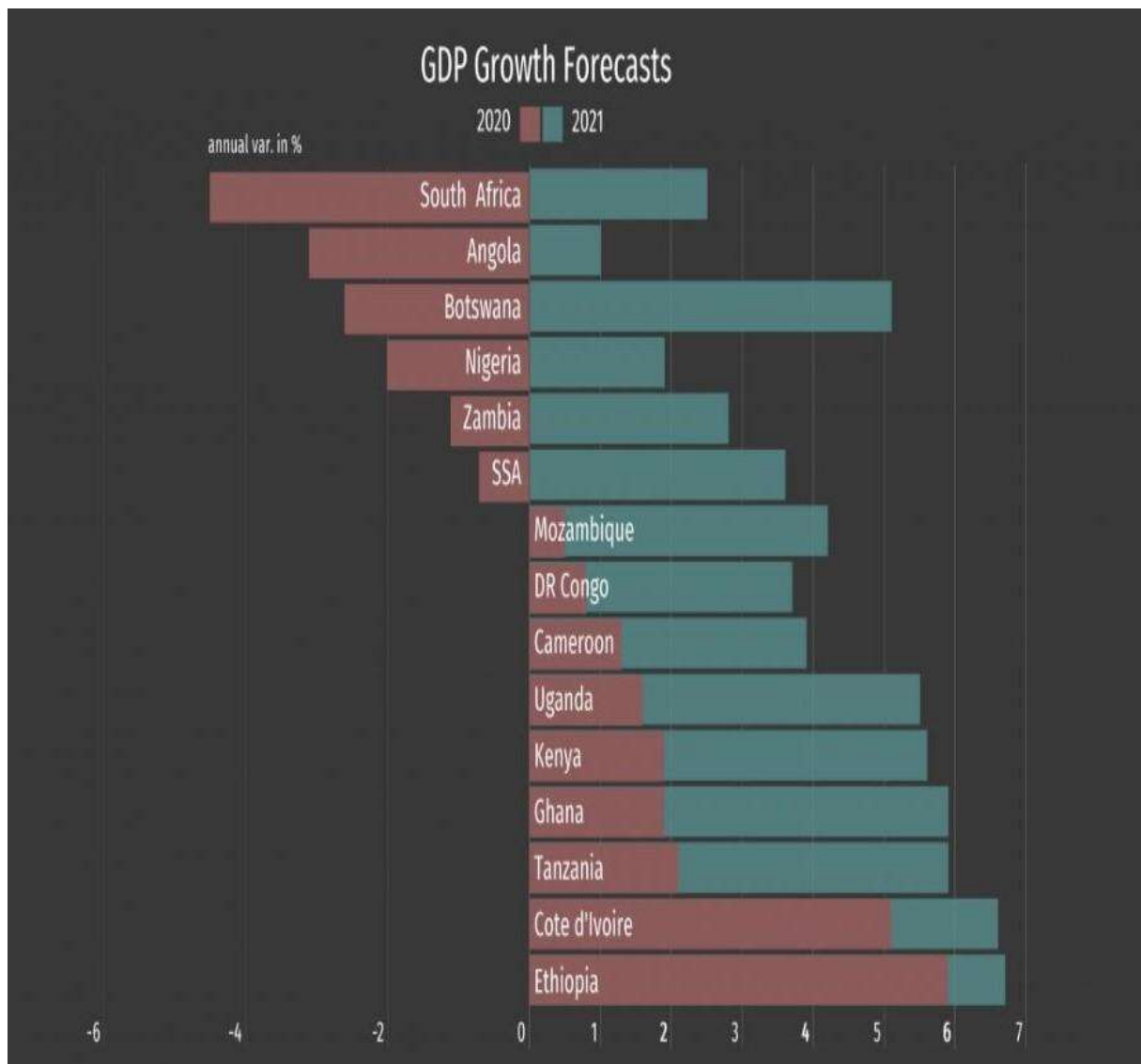
Exemplo disso é o projecto **Lake Victoria – Mediterranean**, que fará a ligação entre o Lago Vitória e o Mar Mediterrâneo. Este projeto é fundamental para escoação de produtos e integração regional sendo decisivo para o combate à pobreza existente nas regiões próximas ao Rio Nilo. É um projecto do MCAOA/COMESA (Mercado Comum

Africa Oriental e Austral) com o apoio do NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África).

Outra das respostas Africanas que vão ajudar bastante a que África tire mais partido de todo o seu potencial é o ACFTA – African Continental Free Trade Agreement – será a maior zona de comércio livre do mundo, com um mercado estimado em 2050 de 2,5 mil milhões de consumidores. Este acordo não só poderia levar, segundo as estimativas apresentadas pela União Africana a um aumento de 35% das exportações dos países africanos menos desenvolvidos como iria aumentar também o comércio intra-africano. Actualmente apenas 14% das trocas que os países africanos fazem são Intra continentais. Além destes dados, a UA estima também que exista uma diversificação de 20% das exportações do continente e que o ACFTA possa chegar a traduzir-se em algumas economias em taxas de crescimento de até 3,5%.

De acrescentar ainda que segundo Stephen Karingi, diretor da divisão para a integração regional e comércio da comissão económica para África, o mercado livre africano, poderá atenuar alguns efeitos negativos do Covid- 19, limitando a dependência de parceiros estrangeiros, apelando assim a diversificação das economias africanas, para poder dar resposta á procura interna.

Perspectivas Económicas De África Pós COVID - 19



Fonte: FocusEconomics Consensus Forecast Sub - Saharan Africa - May 2020

Considerações finais

Este relatório IPDAL, motivado pela celebração do Dia de África e pela liberdade conquistada há 60 anos pelo conjunto de países enunciado, procura sensibilizar os decisores portugueses, europeus e latino-americanos para a realidade de África e para a sua integração no sistema de trocas internacionais, mas sobretudo para as soluções nascidas em África.

O IPDAL defende que para pensar globalmente é obrigatório considerar os desenvolvimentos políticos, económicos e sociais em África.

O mix de exportação, importação e investimento português deverá ser alterado para atender a esta realidade.

A Europa será sempre importante para Portugal, como mercado, mas as suas limitações são cada vez mais evidentes.

A nossa vocação Atlântica não pode nem deve ser esquecida. Pôr de parte a nossa vocação atlântica e africanista seria colocar de parte um mercado que, tirando os Países da CPLP, representará, já em 2030, 3,98 Biliões de dólares e 1,63 mil milhões de habitantes, e que tem necessidades em áreas onde Portugal tem muito a oferecer, como as Tecnologias da Informação, Energias Renováveis, ou Infraestruturas. Ao mesmo tempo, poderão surgir também em Portugal necessidades de importações africanas que vão muito além das matérias primas.

A nossa própria aposta na CPLP tem necessariamente de ser ampliada, ultrapassando a rigidez do atual modelo de parceria. Os países da CPLP têm mercados fronteiriços relevantes para Portugal. Vejamos Angola, cujo mercado interno é de 30 milhões de consumidores, mas que juntamente com os países limítrofes combina aproximadamente 350 milhões de pessoas.

É necessário pensar na relação com África como uma verdadeira parceria, mais ainda com o acordo de livre comércio africano prestes a entrar em vigor. Uma parceria de trocas, entre iguais, de exploração mútua de oportunidades, tirando partido das vantagens comparativas de cada um, sempre e quando nos complementarmos.

Coordenação

Filipe Domingues

Frederico Almendra

Redação

Frederico Almendra

Daniel Mawonso

Fontes:

- <https://www.cairn.info/revue-guerres-mondiales-et-conflits-contemporains-2003-4-page-113.htm#>
- <https://www.afdb.org/fr/about-us/corporate-information/history/group-evolution>
- STRATEGIC REPORT 2018 : TOWARDS AFRICA'S AUTONOMOUS DEVELOPMENT ; IRES
- South African Institute of International Affairs, How to facilitate trade in Africa
- Free Market Foundation, Property rights linked to economic security? Anne Chandima Dedigama
- Fraser Institute's Economic Freedom of the World (EFW)
- O debate pan-africanista, revista Présence Africaine (1956 -1963)
- Prisoners of Geography, 2015 – Tim Marshal – ISBN
- Africa's Long Road Since Independence, 2017 -Keith Somerville – ISBN